

**LEI Nº 4.253, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022.**

**“Autoriza o Poder Executivo a repassar subvenções sociais e auxílios, às entidades que especifica, com recursos provenientes da dedução de parte do Imposto de Renda destinada ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescentes e dá outras providências”.**

**Projeto de Lei nº 121/22 – Aatoria Executivo**

**Marcos Aurélio Soriano**, Prefeito do Município de Pitangueiras do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, em seu artigo 68, inciso VI;

**Faço saber**, que a Câmara Municipal aprovou o **Projeto de Lei nº 121/22**, sob o **Autógrafo nº 141/22**, e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º.** O Poder Executivo Municipal, através do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, subvencionará, com recursos provenientes da dedução de parte do Imposto de Renda destinados para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, às entidades abaixo discriminadas no exercício de 2022:

<b>Entidades</b>	<b>Valor R\$</b>	<b>Destinação</b>
Associação Assistencial Miguel Arcanjo da Silva – CAEMAS II	23.426,06	Auxílio-material permanente
Instituição Hélia Perroni Marchesi	2.518,31	Auxílio-material permanente
Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	4.548,07	Auxílio-material permanente
Instituição Maria Gianni de Andrade	63.885,62	Auxílio-material permanente
<b>Valor Total</b>	<b>R\$ 94.378,06 (noventa e quatro mil trezentos e setenta e oito reais e seis centavos)</b>	

**Art. 2º.** O Poder Executivo Municipal, através do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, auxiliará, para aquisição de material permanente, com recursos provenientes da dedução de parte do Imposto de Renda destinados para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, às entidades abaixo discriminadas no exercício de 2022:

<b>Entidades</b>	<b>Valor R\$</b>	<b>Destinação</b>
Associação Assistencial Miguel Arcanjo da Silva – CAEMAS II	9.650,00	Subvenção-Manutenção

<b>Valor Total</b>	<b>R\$ 9.650,00 (nove mil seiscentos e cinquenta reais)</b>
--------------------	---

**Art. 3º.** O atendimento do disposto na presente lei se dará com recursos do orçamento vigente, suplementados se necessário.

**Art. 4º.** As entidades beneficiadas com recursos provenientes da dedução de parte do Imposto de Renda destinados para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente submeter-se-ão à fiscalização do Poder Público e do respectivo Conselho Municipal. Fica designado como Gestor do Poder Público, o Secretário Municipal da Assistência Social. São obrigações do gestor e do conselho:

- I- Acompanhar e fiscalizar a gestão dos recursos;
- II - Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas estabelecidas no plano de trabalho e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
- III - Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final;
- IV - Efetuar e acompanhar a prestar de contas junto ao TCEP e demais órgão.

**Art. 5º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pitangueiras, 07 de novembro de 2022.

**Marcos Aurélio Soriano**  
**Prefeito**

Publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município